

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais



CONTABILIDADE FINANCEIRA II

1º Ano Licenciatura – 2º Semestre

Documento elaborado por João Moita - 150210003

Programa

1 – O Novo Modelo de Normalização Contabilística

2 – Normas Internacionais de Contabilidade/ Normas Internacionais de Relato Financeiro

3 – Diagnóstico económico-financeiro de empresa.

5 – Breve introdução à temática de consolidação de contas.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

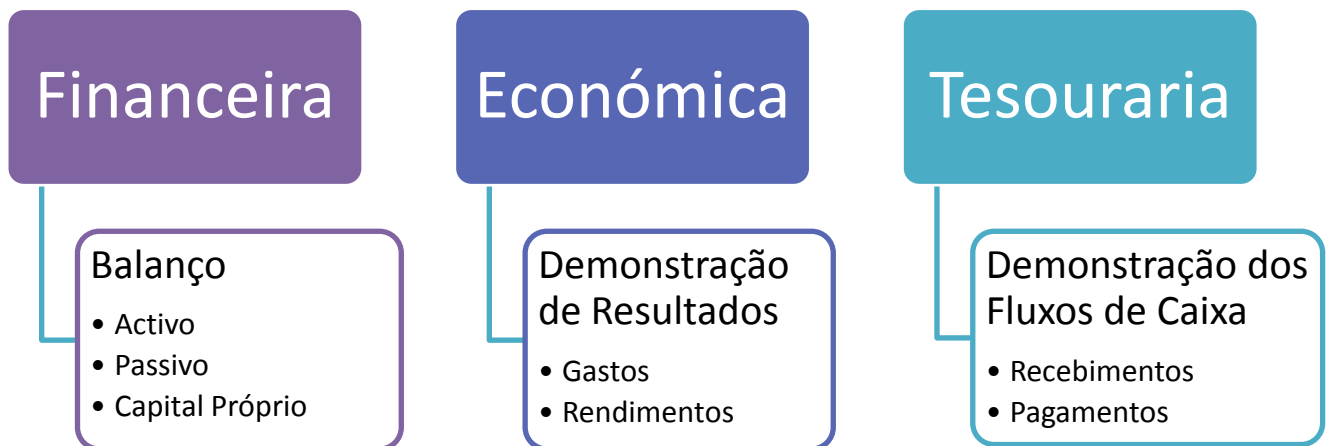
Contabilidade – O que é?

Contabilidade é a ciência que estuda e interpreta o registo dos fenómenos que afectam o património de uma entidade.

Demonstrações Financeiras nas IFRS

- ❖ **Balanço**;
- ❖ **Demonstração de Resultados**:
 - ✓ **Natureza** - onde se contabiliza por natureza os rendimentos e gastos da empresa, por exemplo, os gastos com o pessoal e os fornecimentos de serviços externos (FSE);
 - ✓ **Função** – onde se contabiliza por função os rendimentos e gastos da empresa, por exemplo, os gastos e rendimentos nas vendas e na produção.
- ❖ **Demonstração de Fluxos de Caixa**;
- ❖ **Demonstrações de Alteração do Capital Próprio**;
- ❖ **Notas explicativas**.

Ópticas de análise das Demonstrações Financeiras



Debitar e Creditar

Debitar

↑ **Activo e** ↑ **Gastos**

Creditar

↑ **Passivo e** ↑ **Rendimentos e** ↑ **Capital Próprio**

Enquadramento Geral

Na **União Europeia** prevê-se a adopção e **utilização das normas internacionais de contabilidade**, *IAS* ou *IFRS*, procurando atingir um **elevado nível de transparência e comparabilidade** para as empresas **cotadas e consolidadas**.

- **Empresas Obrigadas** – empresas cotadas que apresentem contas consolidadas, a partir do exercício de 2005.
- **Restantes Empresas** – cada estado-membro deve definir o critério de abrangência das *IFRS*.

Vantagens das *IAS* ou *IFRS*

- **Empresa** – recurso a financiamento internacional e confiança dos investidores; estatísticas sectoriais, nacionais e internacionais;
- **Investidores e analistas financeiros** – permite comparar hipóteses alternativas de investimento além fronteiras.

ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO - A partir de 2010

	<i>Normas Internacionais</i>	<i>SNC</i>	<i>SNC-PE</i>	<i>NCM</i>
GRUPOS COTADOS				
Contas consolidadas	OBRIGATÓRIO	-	-	-
Contas Individuais	OPTATIVO	REGIME GERAL	-	-
SOCIEDADES INDIVIDUAIS COTADAS	OBRIGATÓRIO	-	-	-
GRUPOS NÃO COTADOS				
Contas consolidadas	OPTATIVO	REGIME GERAL	-	-
Contas individuais	OPTATIVO	REGIME GERAL	-	-
SOCIEDADES NÃO COTADAS				
Certificação legal de contas	OPTATIVO	REGIME GERAL	-	-
Sem certificação legal	-	+ QUE PE	PE -ENTIDADES	MICRO-ENTIDADES

Pequena Entidade – Não ser sujeita a certificação legal de contas e não ultrapassar 2 dos 3 limites.

- Total do Balanço: 1.500.00 €
- Total de Rendimentos: 3.000.00 €
- Número de Trabalhadores: 50

Micro Entidade – Não ser sujeita a certificação legal de contas e não ultrapassar 2 dos 3 limites.

- Total do Balanço: 500.000 €
- Total de Rendimentos: 500.000 €
- Número de Trabalhadores: 5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS OBRIGATÓRIAS

	<i>Normas Internacionais</i>	<i>SNC</i>	<i>SNC-PE</i>	<i>NCM</i>
Balanço	Sim	Sim	Sim	Sim
Demonstração de Resultados (Natureza)	Ou por funções	Sim	Sim	Sim
Demonstração de Resultados (Funções)	Ou por natureza	-	-	-
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Sim	Sim	-	-
Anexos	Sim	Sim	Sim	Sim

Bases de apresentação das demonstrações financeiras

Regime do acréscimo – os efeitos das operações e outros acontecimentos devem ser registados aquando da sua ocorrência relativos aos períodos com que se relacionam, independentemente dos pagamentos ou recebimentos associados se verificaram em período anterior ou posterior;

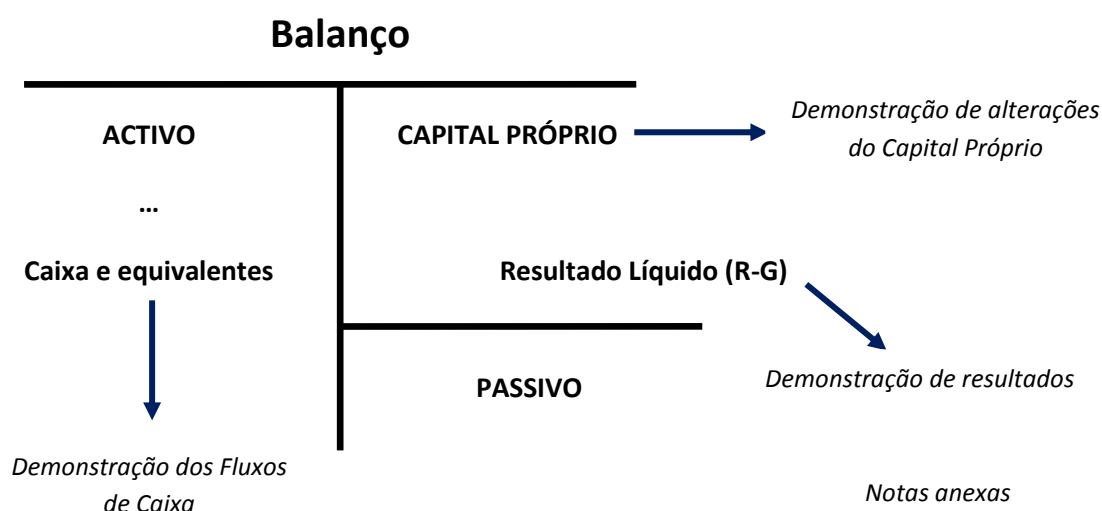
Compensação – os activos e passivos, rendimentos e gastos não se devem compensar;

Continuidade – a empresa continua a existir.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanço;
2. Demonstração de Resultados por natureza ou por função;
3. Demonstração de alterações no Capital Próprio;
4. Demonstração de Fluxos de Caixa;
5. Notas.

O BALANÇO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - RELAÇÃO



Balanço e suas partes constituintes

ACTIVO (bens e direitos)

- **Activo Corrente** – É um activo que se espera que seja realizado num prazo inferior a 12 meses da data a contar do balanço; é um activo referente a dinheiro ou equivalentes;
- **Activo não Corrente.**

PASSIVO (obrigações)

- **Passivo Corrente** – É um passivo que se espera que seja liquidado num prazo inferior a 12 meses da data a contar do balanço;
- **Passivo não Corrente.**

CAPITAL PRÓPRIO (responsabilidade perante os accionistas)

$$\text{Activo} = \text{Capital Próprio} + \text{Passivo}$$

Análise do Balanço

1. Actividade da empresa;
2. Total do activo;
3. Análise do activo:
 - a. Valores absolutos
 - b. Estrutura
 - c. Evolução
4. Financiamento do activo (passivo e capital próprio)

A análise do balanço deve ser feita em **valores absolutos**, em **valores relativos** e em **variação de crescimento** de um ano para o outro.

VALORES A RECEBER E A PAGAR

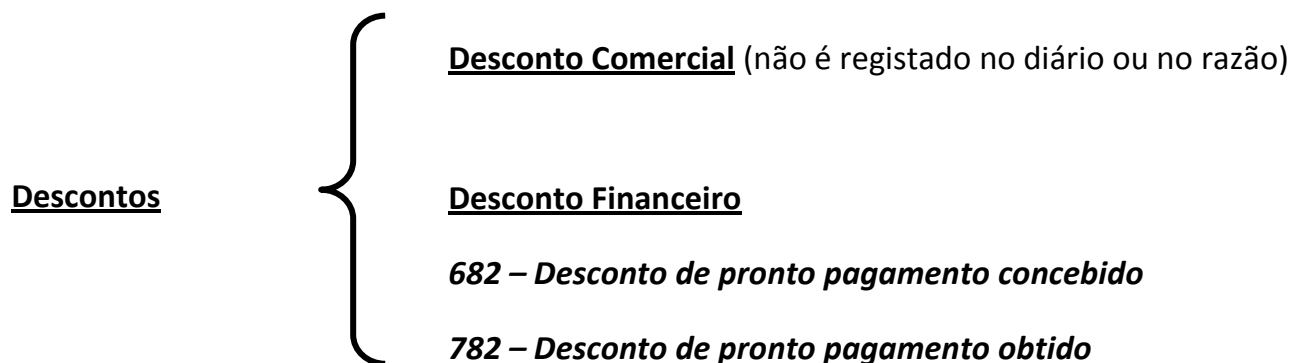
- ❖ Contas a receber e a pagar
- ❖ Acréscimos e diferimentos
- ❖ Rendimentos do trabalho
- ❖ Imparidades e Provisões
- ❖ Activos e Passivos contingentes

CONTAS A RECEBER E A PAGAR

A classe 2 é composta pelas operações relacionados com as entidades exteriores à empresa, que incluem as seguintes contas:

- 21** *Clientes*
- 22** *Fornecedores*
- 23** *Pessoal*
- 24** *Estado e outros entes públicos*
- 25** *Financiamentos obtidos*
- 26** *Accionistas/sócios*
- 27** *Outras contas a receber e a pagar*
- 28** *Diferimentos*
- 29** *Provisões*

Desconto comercial e desconto financeiro



21 – Clientes (Valores a receber de clientes)

2111 – Clientes c/c gerais

Esta conta **representa as dívidas de clientes**, relacionadas com compras de mercadorias, produtos ou serviços por partes destes. O **suporte é a factura**.

ADIANTAMENTOS (Passivo)



EXEMPLO: Adiantamento de 500 € ($x = 413$ e $y = 87$)

$$x + x0,21 = y \Leftrightarrow x(0,21) = y \Leftrightarrow x = \frac{y}{1,21}$$

$x = \text{adiantamento sem IVA}$ $y = \text{valor do IVA}$

Adiantamentos – Operação e anulação

ADIANTAMENTO DE CLIENTES

D	12	Depósitos à ordem
C	2433	IVA liquidado
C	218/276	Adiantamento de clientes ou adiantamento por conta de venda

ANULAÇÃO DO ADIANTAMENTO

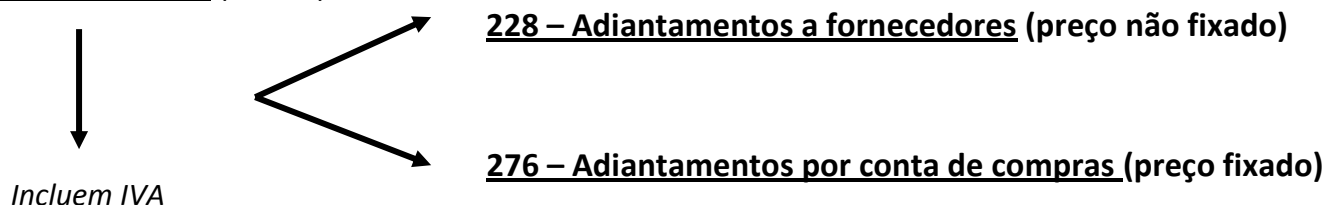
D	218/276	Adiantamento de clientes ou adiantamento por conta de venda
D	2434	IVA regularizações
C	2111	Clientes c/c gerais

22 – Fornecedores (Valores a pagar a fornecedores)

2211 – Fornecedores c/c gerais

Esta conta **representa as dívidas a fornecedores**, relacionadas com venda de mercadorias, produtos ou serviços por partes destes. O **suporte é a factura**.

ADIANTAMENTOS (Activo)



Adiantamentos – Operação e anulação

ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

D	228/39	Adiantamento a fornecedores ou por conta de compras
D	2432	IVA dedutível
C	12	Depósitos à ordem

ANULAÇÃO DO ADIANTAMENTO

D	2211	Fornecedores c/c gerais
C	2434	IVA regularizações
C	228/39	Adiantamento a fornecedores ou por conta de compras

24 – Estado e outros entes públicos

241 – Imposto sobre o rendimento

Esta conta representa o **imposto que incide sobre o rendimento da empresa** (IRC).

242 – Retenção de imposto sobre rendimento

Esta conta representa a **retenção na fonte de IRS e IRC que a empresa faz** para posterior entrega ao Estado.

25 – Financiamentos obtidos

- **2511** – Empréstimos bancários
- **2521** – Empréstimos por obrigações

Os **juros suportados**, pelo **recebimento de um empréstimo**, são **contabilizados como um gasto**, influenciando por isso o **resultado líquido da empresa**, a quando do seu pagamento.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Estes lançamentos decorrem da aplicação do regime do acréscimo, onde os rendimentos e os gastos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, pelo que devem ser levados à demonstração de resultados todos e só os rendimentos e gastos desse exercício, conseguindo-se assim colocá-los no período certo.

ACTIVO	PASSIVO
2721 – Acréscimo de rendimentos	2722 – Acréscimo de gastos
281 – Gastos a reconhecer	282 – Rendimentos a reconhecer

ACRÉSCIMOS

Pagamento/recebimento postecipados ao acontecimento dos factos.

No momento em que ocorreram os factos não há documento comprovativo, contudo tem de haver o registo do gasto ou rendimento ocorrido.

2721 – Acréscimo de Rendimentos: Rendimentos a reconhecer no próprio exercício, uma vez que o serviço foi realizado, mas sem documentação vinculativa. A **contrapartida** é **sempre uma conta de rendimentos**. (Ex.: Juros de depósitos bancários)

D	2721	Devedores por acréscimo de rendimento
C	7x	Rendimentos

2722 – Acréscimo de Gasto: Gastos a reconhecer no próprio exercício, uma vez que a utilização foi realizada, mas sem documentação vinculativa. A **contrapartida** é **sempre uma conta de gastos**. (Ex.: férias e subsidio de férias; electricidade; água)

D	6x	Gastos
C	2722	Credores por acréscimo de gastos

DIFERIMENTOS

Pagamento/recebimento antecipado ao acontecimento dos factos tendo em conta um documento de suporte.

O diferimento envolve sempre a movimentação de dinheiro.

281 – Gastos a Reconhecer: Facturas recebidas relativas a serviços que só irão ser utilizados nos exercícios seguintes, pelo que não pode ser reconhecidos como gastos deste exercício. (Ex.: Seguro anual ou semestral, seguros)

D	281	Gastos a reconhecer
(D	6x	Gastos) ¹
C	12	Depósitos à ordem

282 – Rendimentos a Reconhecer: Facturas emitidas relativas a serviços que só irão ser prestados nos exercícios seguintes, pelo que não pode ser reconhecidos como rendimentos deste exercício. (Ex.: Numa empresa de telecomunicações o carregamento de telemóveis ainda não usado)

D	12	Depósitos à ordem
(C	7x	Rendimentos) ²
C	282	Rendimentos a reconhecer

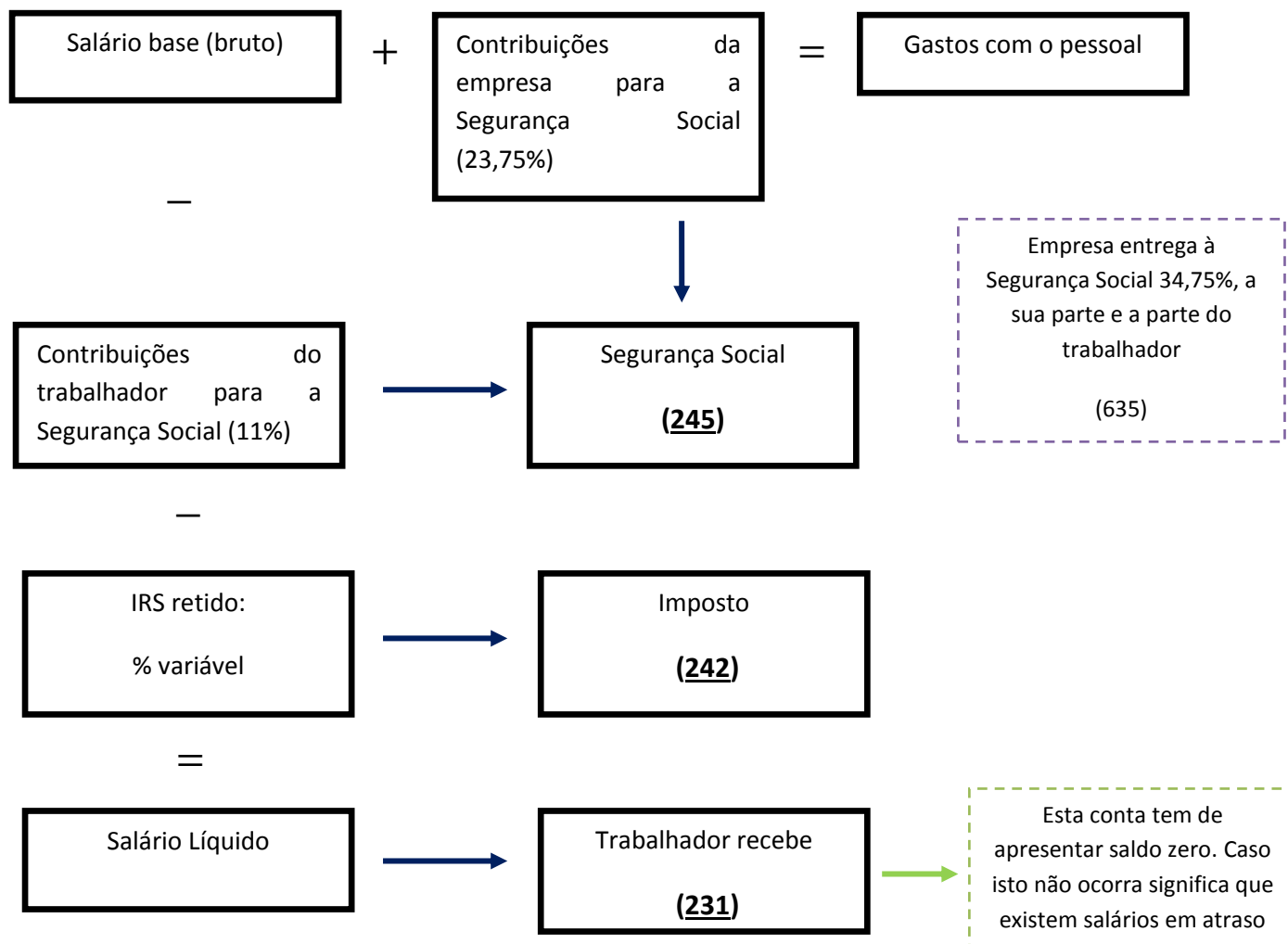
¹Na contabilização de gastos a reconhecer, pode acontecer que não possa ser contabilizado nenhum valor na conta da classe 6 de gastos, eventualmente quando o gasto não respeita a nenhum período específico de tempo como por exemplo o pagamento de comunicações e pelo contrário é contabilizado na classe 6 de gastos, quando o gasto se refere a um período específico de tempo, como por exemplo o pagamento do seguro anual ou semestral.

² Na contabilização de rendimentos a reconhecer, pode acontecer que não possa ser contabilizado nenhum valor na conta da classe 7 de rendimentos, eventualmente quando o rendimento não respeita a nenhum período específico de tempo como por exemplo o recebimento referente a um pagamento de comunicações de outra empresa e pelo contrário é contabilizado na classe 7 de rendimento, quando o rendimento se refere a um período específico de tempo, como por exemplo o recebimento de um seguro anual ou semestral ou de uma renda,

RENDIMENTOS DO TRABALHO

- **Rendimentos do trabalho dependente** (pessoal que integra os quadros da empresa)

Processamento dos Salários



$$\text{Salário Líquido} = \text{Salário Bruto} - \text{Contribuições Segurança Social} - \text{IRS}$$

Numa empresa, cada trabalhador recebe por ano **14 salários**, subdivididos da seguinte forma:

- 11 Salários de Trabalho
- 1 Salário de Férias
- 1 Salário do Subsídio de Férias³
- 1 Salário do Subsídio de Natal⁴

³ Trabalhado um ano, o empregado ganha o direito a receber o salário de férias + subsídio de férias.

⁴ O subsídio de natal tem o mesmo processamento que o salário mensal, embora só se lance $\frac{1}{12}$ do valor do salário, todos os meses.

PROCESSAMENTO DO SALÁRIO MENSAL OU DO SUBSÍDIO DE NATAL

D	632	Remunerações ao pessoal (<i>Valor Total</i>)
D	635	Encargos sobre remunerações ($\text{Valor Total} \times 23,75\%$)
C	245	Contribuições para a Segurança Social ($\text{Valor Total} \times 34,75\%$)
C	242	Retenção de imposto sobre o rendimento ($\text{Valor Total} \times x\%$)
C	231	Remuneração a pagar ao pessoal

Pelo processamento do salário do trabalhador

PAGAMENTO DO SALÁRIO MENSAL OU DO SUBSÍDIO DE NATAL

D	231	Remunerações ao pessoal
C	12	Depósitos à ordem

Pelo pagamento do salário mensal ou do subsídio de natal

PROCESSAMENTO DO SALÁRIO DE FÉRIAS OU DO SUBSÍDIO DE FÉRIAS DO ANO SEGUINTE

D	632	Remunerações ao pessoal (<i>Valor Total</i>)
D	635	Encargos sobre remunerações ($\text{Valor Total} \times 23,75\%$)
C	2722	Credores por acréscimo de gastos

Pelo processamento do salário de férias do trabalhador para o ano seguinte

PAGAMENTO DO SALÁRIO DE FÉRIAS OU DO SUBSÍDIO DE FÉRIAS

D	2722	Credores por acréscimo de gastos
C	245	Contribuições para a Segurança Social ($\text{Valor Total} \times 34,75\%$)
C	242	Retenção de imposto sobre o rendimento ($\text{Valor Total} \times x\%$)
C	12	Depósitos à ordem

Pelo pagamento do salário de férias do trabalhador que fora já processado no ano anterior

▪ Rendimentos do trabalho independente

PAGAMENTO DO SALÁRIO DE UM TRABALHADOR INDEPENDENTE

D	6224	Honorários (<i>Valor do Honorário</i>)
D	2432	IVA dedutível ($\text{Valor do Honorário} \times 23\%$)
C	242	Retenção de imposto sobre o rendimento ($\text{Valor do Honorário} \times x\%$)

IMPARIDADES E PROVISÕES

As imparidades e provisões baseiam-se no:

- **Princípio da Prudência** – é possível integrar nas contas da empresa um grau de preocupação – *provisão* - ao fazer estimativas exigidas em condições de incerteza, sem contudo permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas.
- **Princípio do Justo Valor** – aplicam-se essencialmente sobre as imparidades – justo valor é a quantia pela qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção ao seu alcance em que não exista relacionamentos entre elas.

PROVISÃO

A **provisão** trata-se de um aumento do passivo, ou seja, probabilidade de ter de se pagar um valor em excesso, no entanto, não se sabe quando nem quanto.

EXEMPLO:

Perda de um processo judicial ⇒ AUMENTO DO PASSIVO

IMPARIDADE

A **imparidade** trata-se de uma diminuição do activo, ou seja, probabilidade de receber uma menor quantia.

EXEMPLO:

Valor de Mercado < Valor Contabilístico ⇒ DIMINUIÇÃO DO ACTIVO



Em contrapartida da existência de uma imparidade ou provisão têm de se contabilizar o gasto ocorrido.

PROVISÕES

A **provisão** refere-se às **contas do passivo**.

291 – Impostos**295 – Matérias ambientais****292 – Garantias a clientes****296 – Contratos onerosos****293 – Processos judiciais em curso****297 – Reestruturação****294 – Acidentes de trabalhos e doenças****298 – Outras provisões**

Como contrapartida destas contas tem de ser movimentadas as seguintes contas:

- 67x – Gastos com provisões do período;
- ou**
- 763x - Rendimentos em reversões de provisões.

CONSTITUIÇÃO DE UMA PROVISÃO**D 67x** Provisões do período**C 29x** Provisões

Pela constituição de uma provisão

REVERSÃO (anulação/redução) DE UMA PROVISÃO**D 29x** Provisões**C 763x** Reversão de provisões

Pela reversão de uma provisão

EXEMPLO: A empresa VERDE, Lda tem a actividade de venda de malas de viagem. A legislação existente obriga a empresa a prestar garantia dos produtos vendidos por 2 anos. De acordo com o histórico da empresa, 5% das vendas originam gastos com garantias prestadas a clientes.

No ano de 2010 as vendas foram de 55.000€.

Como deverá ser realizada a operação contabilística anteriormente descrita?

$$55.000 \times 0,05 = 2.750,00\text{€}$$

	D	C
672 Gastos em provisões para garantias a clientes	2.750,00	
292 Provisões em garantias a clientes		2.750,00
Pela constituição de uma de uma provisão	2.750,00	

IMPARIDADES – IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (conta 2x9)

Este tipo de **imparidades**, as **imparidades de dívidas a receber**, referem-se há **possibilidade de o valor em dívida de clientes se tornar de cobrabilidade difícil**.

A empresa pode optar por considerar o **efeito fiscal**, onde a perda de imparidade é aceite dentro de **limites próprios** (tabela seguinte) ou pode criar outra regra:

<i>Até 6 meses</i>	<i>Imparidade = 0%</i>
$\geq 6 \text{ meses e } \leq 12 \text{ meses}$	<i>Imparidade = 25% da dívida</i>
$> 12 \text{ meses e } \leq 18 \text{ meses}$	<i>Imparidade = 50% da dívida</i>
$> 18 \text{ meses e } \leq 24 \text{ meses}$	<i>Imparidade = 75% da dívida</i>
<i>Depois de 24 meses</i>	<i>Imparidade = 100% da dívida</i>

CONSTITUIÇÃO DE UMA IMPARIDADE

D 6511 Gastos em perdas por imparidade de dívidas a receber de clientes

C 219 Perdas por imparidades acumuladas

Pela constituição de uma imparidade

EXEMPLO: A empresa Oceano, Lda apresenta em Outubro de 2010 os seguintes saldos de clientes:

Cliente A	150.000,00
Cliente B	65.000,00

O saldo do cliente A apresenta riscos de cobrabilidade, uma vez que a data de vencimento do mesmo fora em Janeiro do ano corrente.

Calcule os ajustamentos que deverão ser realizaos procedendo ao seu lançamento no diário.

$$\text{Janeiro (mês 1)} - \text{Outubro (mês 10)} = 9 \text{ meses}$$

9 meses \rightarrow *imparidade de 25% da dívida*

$$150.000,00 \times 0,25 = 37.500,00$$

	D	C
6511 Gastos em perdas por imparidade de dívidas a receber de clientes	37.500,00	
219 Perdas por imparidade acumuladas		37.500,00
Pela constituição de uma de uma provisão	37.500,00	

IMPARIIDADES – IMPARIDADE DE INVENTÁRIOS (conta 3x9)

Registo de **diferenças** relativas ao **custo de aquisição ou produção (VC)** e o **valor de mercado (VM)**.

Valor de mercado > Valor contabilístico → não há registo de imparidade



Pode haver registo de reversão, caso antes
tenha ocorrido uma imparidade

*Valor de mercado < Valor contabilístico → Perda por **imparidade***

CONSTITUIÇÃO DE UMA IMPARIDADE

D 652 Gastos em perdas por imparidade em inventários

C 329 Perdas por imparidades acumuladas

Pela constituição de uma imparidade

EXEMPLO: A empresa VERDE adquiriu 5 cadernos pelo custo total de 10€. O gestor de vendas, em Janeiro esperava vender os 5 cadernos por 11€. No entanto este tipo de cadernos passaram de moda, então só será possível vendê-los por 8€. Proceda aos ajustes contabilísticos.

	D	C
652 Gastos em perdas por imparidade em inventários	2,00	
329 Perdas por imparidade acumuladas		2,00
Pela constituição de uma de uma imparidade	2,00	

No entanto, o dono da empresa considera ser possível vender os ditos cadernos por 13€. Proceda aos ajustes contabilísticos

	D	C
329 Perdas por imparidade acumuladas	2,00	
7622 Reversões de perdas por imparidade em ajustamentos de inventário		2,00
Pela reversão de uma de uma imparidade	2,00	

PASSIVOS E ACTIVOS CONTINGENTES

PASSIVOS CONTINGENTES

- ✓ O **passivo contingente** é considerado como uma **obrigação possível**, originada por acontecimentos passados, e cuja **existência só será confirmada pela ocorrência** ou não de **acontecimentos futuros incertos**, fora do controlo da empresa.
- ✓ **Obrigação presente** que surja de acontecimentos passados mas que **não é reconhecida** porque **não é provável (< 50%)** uma **saída de recursos para liquidar a obrigação** ou a quantia da **obrigação não pode ser mensurável**.

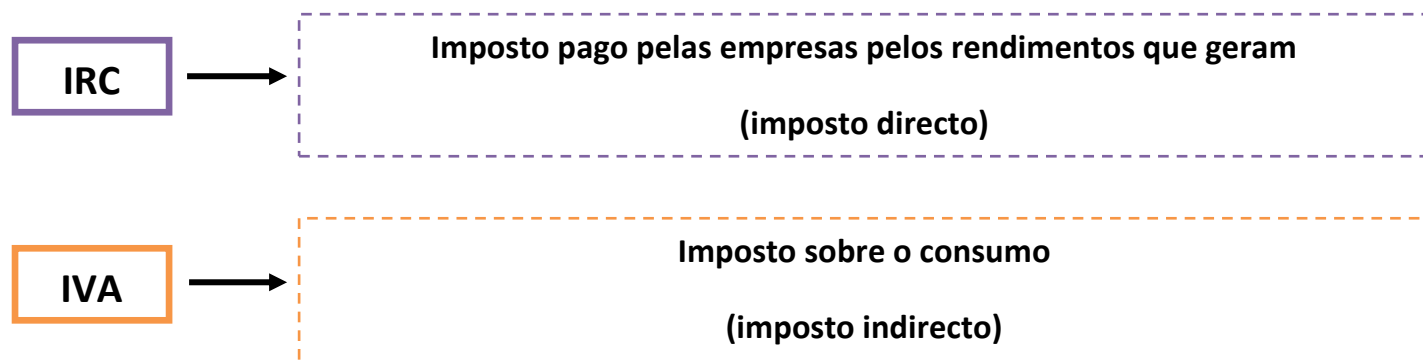
*Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas devem ser **divulgados nas notas** excepto se a probabilidade for muito remota.*

> 50% Provisão

< 50% Passivo Contingente → Divulgar nas notas

IMPOSTOS

- ❖ IRC – Imposto sobre o rendimento
- ❖ IRS – Retenção de imposto sobre o rendimento
- ❖ IVA – Imposto sobre o valor acrescentado
- ❖ Imposto Selo



24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS - IMPOSTOS

24 – Estado e outros Entes Públicos (Balanço)

❖ Pagamento por conta de IRC ao Estado (1)	❖ Retenção na fonte efectuada a 3ºs
❖ Retenção na fonte efectuada por 3ºs (2)	❖ Contribuições para a Segurança Social
❖ IVA Dedutível (4)	❖ Lançamentos de Estimativa de IRC a pagar (3)
❖ IVA Regularizações a favor da Empresa (6)	❖ IVA Liquidado (5)
	❖ IVA Regularizações a favor do Estado (7)

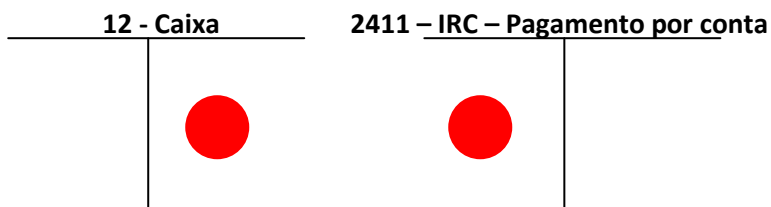
(1) Pagamento por conta de IRC ao Estado

O pagamento do IRC é pago em Maio, então o Estado arranhou um mecanismo de modo a receber, durante o ano, parcelas desse IRC.

$$\text{IRC}_{n-1} \left\{ \begin{array}{l} \text{IRC}_{n-1} < 199,52\text{€} \rightarrow \text{Dispensa de pagamento por conta} \\ \text{IRC}_{n-1} \geq 199,52\text{€} \end{array} \right. \left\{ \begin{array}{l} \text{Julho} \\ \text{Setembro} \\ \text{Dezembro} \end{array} \right.$$

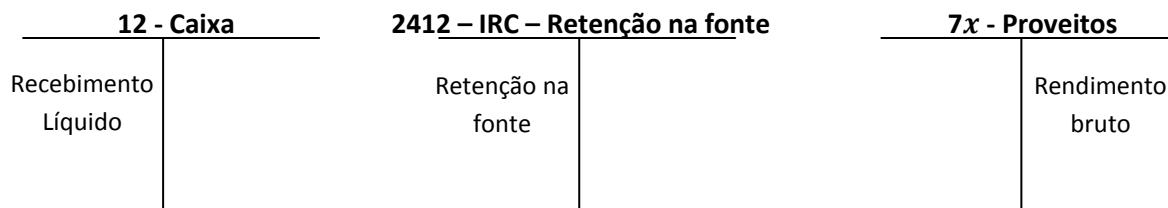
$$\text{Volume de negócios} \begin{cases} \leq 498.797,90\text{€} \rightarrow 70\% \text{ IRC}_{n-1} \\ > 498.797,90\text{€} \rightarrow 90\% \text{ IRC}_{n-1} \end{cases}$$

Se a empresa tem um **volume de negócios superior a 498.797,90€** efectua **pagamentos por conta de 90% do seu IRC** do ano anterior dividido em três pagamentos.



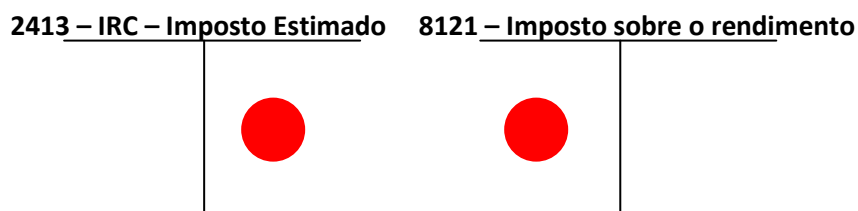
(2) Retenção na fonte efectuada por 3ºs

Quantitativos retidos por 3ºs relativamente a rendimentos que a empresa é titular.



(3) Imposto estimado

No final do ano, a 31 de Dezembro, procede-se ao cálculo do IRC que se estima pagar.



Valor Total de IRC → Regime do acréscimo (independente do pagamento)

Estimativa de IRC

Resultado antes de Imposto (RAI)

± *Variações patrimoniais*

± *Correcções fiscais*

= *Lucro tributável (ou prejuízo fiscal se negativo, caso a matéria colectável seja nula)*

– *Prejuízos fiscais Reportáveis (se lucro tributável > 0)*

= *Matéria colectável* ≥ 0



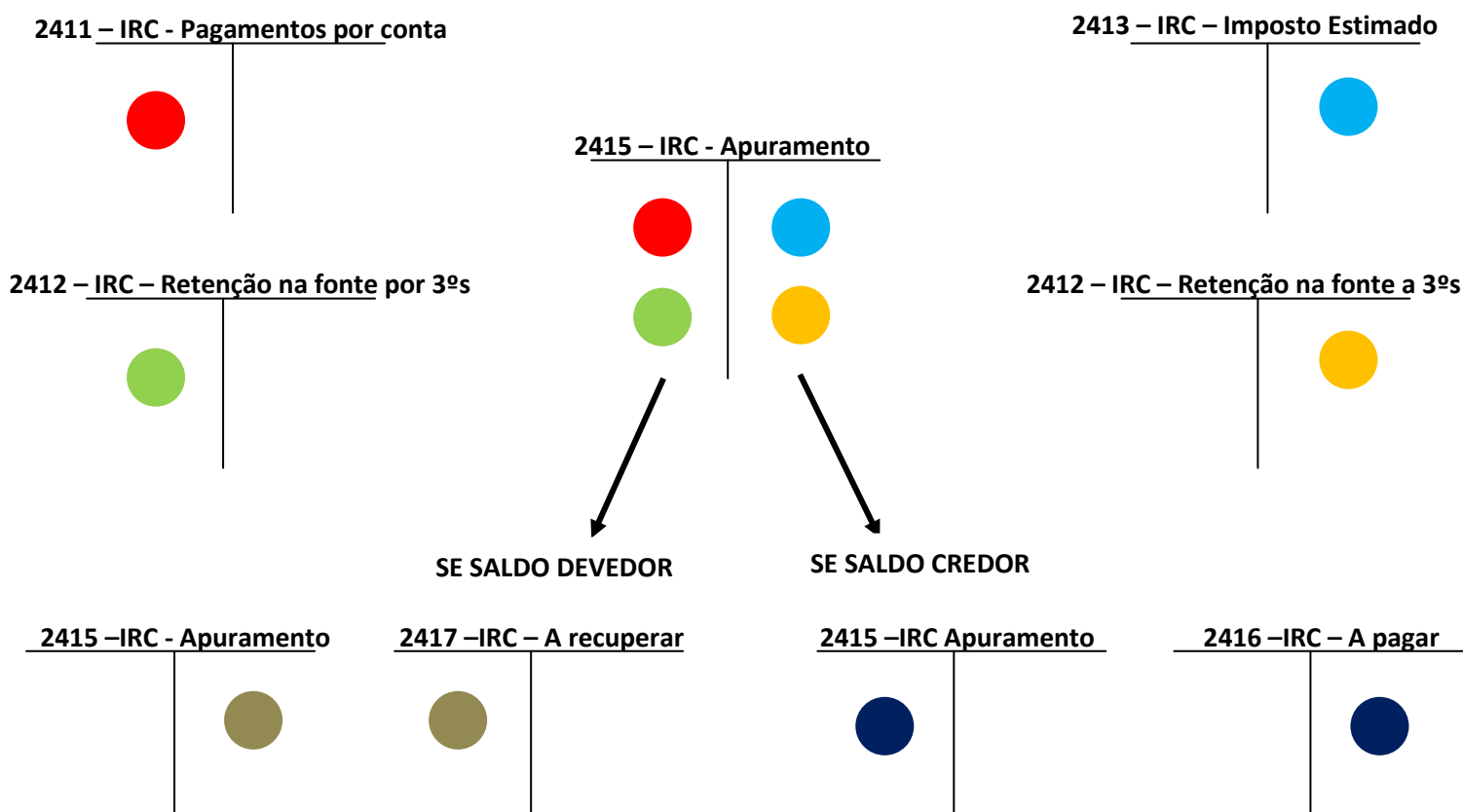
É sobre este valor que incide IRC à taxa em vigor

IRC

+ *Derrama (Lucro Tributável > 2 milhões de euros)*

= **ESTIMATIVA DE IMPOSTO**

Apuramento do IRC – todas as contas devem ser saldadas



(4) IVA Dedutível

Contabiliza-se **IVA dedutível** quando se **efectua uma compra**, vindo esse valor a **débito**.

(5) IVA Liquidado

Contabiliza-se **IVA liquidado** quando se **efectua uma venda**, vindo esse valor a **crédito**.

(6) IVA Regularizações a favor da Empresa

Operações que **reduzem o valor tributável**, diminuindo o **valor do imposto** a entregar ao Estado (devoluções de uma compra ou venda).

Tem **saldo devedor** que é transferido para **IVA apuramento**.

(7) IVA Regularizações a favor do Estado

Operações que **aumentam o valor tributável**, aumentando o **valor do imposto** a entregar ao Estado.

Tem **saldo credor** que é transferido para **IVA apuramento**.

Apuramento do IVA -todas as contas devem ser saldadas

2432 – IVA Dedutível



2435 – IVA Apuramento



2433 – IVA Liquidado



24341 – IVA Regul. Favor da Empresa



24342 – IVA Regul. Favor do Estado



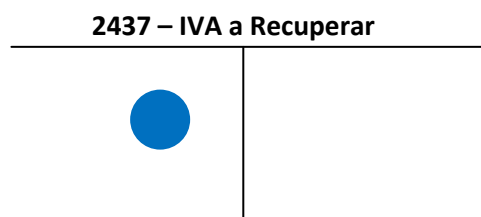
2437 – IVA a Recuperar do período anterior



Saldo Devedor = Compramos mais do que vendemos

Saldo Credor = Vendemos mais do que compramos

Saldo Devedor → IVA a recuperar



2435 – IVA Apuramento (do período seguinte)



ou

2438 – IVA Reembolsos Pedidos



Saldo Credor → IVA a pagar

2435 – IVA Apuramento



2436 – IVA a Pagar



12 – Depósito à Ordem



24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS – IMPOSTOS DIFERIDOS

Os **impostos diferidos** resultam de **diferenças temporais** entre as **normas contabilísticas** e as **normas fiscais** de apuramento de resultados e/ou variações patrimoniais.

Assim, os **impostos diferidos** visam traduzir a **diferença entre o IRC** na **perspectiva contabilística** e o **IRC** na **perspectiva fiscal**, à excepção de diferenças permanentes ou definitivas.

2741 – ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Direito de a empresa vir a pagar menos IRC no futuro devido a factos contabilísticos já ocorridos.

2742 – PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Obrigação de a empresa vir a pagar mais IRC no futuro devido a factos contabilísticos já ocorridos.

SITUAÇÕES QUE ORIGINAM IMPOSTOS DIFERIDOS

A) Prejuízos fiscais no pressuposto de que a empresa irá apresentar lucros fiscais no futuro

- ❖ Quando a **empresa tem resultado positivo, paga IRC** ao Estado.
- ❖ Quando a **empresa tem resultado negativo**, o Estado não lhe dá o valor dos impostos, mas **permite-lhe abater o resultado negativo nos lucros futuros**.

B) Diferenças temporais entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal

Contabilizar **perdas por imparidade em dívidas de clientes mais rapidamente do que o aceite fiscalmente**. Nesse ano, o **resultado fiscal é maior ao contabilístico**, mas nos anos seguintes pode considerar-se um gasto fiscal.

As diferenças permanentes ou definitivas nunca originam um imposto diferido.

C) Casos de Revalorização

CONTABILIZAÇÃO DE IMPOSTO DIFERIDOS

D **8121** Imposto estimado para o período 0

C **2413** IRC – Imposto estimado 0

Pela contabilização do imposto estimado

D **2741** Activos por impostos diferidos *Valor do Imposto (25%)*

C **8122** Imposto diferido *Valor do Imposto (25%)*

Pela contabilização do activo por imposto diferido

D **8121** Imposto estimado para o período *Valor do Imposto*

C **2413** IRC – Imposto estimado *Valor do Imposto*

Pela anulação contabilização do imposto estimado

D **2413** IRC – Imposto estimado *Valor do imposto diferido*

C **2741** Activos por impostos diferidos *Valor do imposto diferido*

Pela anulação do activo por imposto diferido

RÁCIOS DE FINANCIAMENTO

$$\text{Rácio de Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capitais Próprios}}{\text{Activo}}$$

$$\text{Rácio de Endividamento} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Activo}}$$

$$\text{Rácio de Endividamento não corrente} = \frac{\text{Passivos não Correntes}}{\text{Activo}}$$

$$\text{Rácio de Endividamento corrente} = \frac{\text{Passivos Correntes}}{\text{Activo}}$$

$$\text{Rácio de Endividamento Remunerado} = \frac{\text{Passivos Remunerados}}{\text{Activo}}$$

$$\text{Rácio de Endividamento não Remunerado} = \frac{\text{Passivos não Remunerados}}{\text{Activo}}$$

RÁCIOS DE AUTONOMIA FINANCEIRA E DE ENDIVIDAMENTO

A soma dos dois rácios tem de corresponder a 100%, uma vez que estamos a somar capitais próprios com passivos e a dividir por activos.

Estes rácios dão-nos informações sobre a origem do financiamento da empresa, se esta se processa por capitais próprios ou por capitais alheios.

RÁCIOS DE ENDIVIDAMENTO CORRENTE E NÃO CORRENTE

Estes rácios dão-nos informações sobre a natureza de endividamento da empresa, por passivos de curto prazo (correntes) ou passivos de longo prazo (não correntes).

Se a empresa apresenta um elevado número de fornecedores possui um passivo corrente; se pelo contrário se financia através de empréstimos, de longo prazo, tem um passivo não corrente.

RÁCIOS DE ENDIVIDAMENTO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO

Neste rácio incluímos os seguintes passivos remunerados: empréstimos bancários, empréstimos obrigacionistas, contractos de locação financeira, outros empréstimos (nota anexa).

Estes rácios dão-nos qual é a percentagem de activo que é financiada por passivo remunerado, ou seja, que a empresa tenha de pagar juros, ou por passivo não remunerado.

$$\text{Custo do passivo} = \frac{\text{Juros Suportados}}{\text{Passivo}}$$

$$\text{Custo do passivo Remunerado} = \frac{\text{Juros Suportados}}{\text{Passivo Remunerado}}$$

CUSTO DO PASSIVO

Neste rácio incluímos os juros, visíveis na **demonstração de resultados**, na rubrica de juros suportados.

Este rácio dá-nos informação sobre o **custo do financiamento por passivo**.

CUSTO DO PASSIVO REMUNERADO

Neste rácio incluímos os juros, visíveis na **demonstração de resultados**, na rubrica de juros suportados.

Este rácio dá-nos **informação sobre o custo do financiamento por passivo remunerado**, ou seja, o uma **aproximação à taxa de juro que a empresa paga**.

Se este rácio se aproximar de **1%**, não é indicativo da taxa de juro a que a empresa se financiou ao longo do ano, pois **este valor deveu-se à contracção de um grande empréstimo** no final do ano em análise.

Se este rácio se aproximar de **10%**, não é indicativa da taxa de juro a que a empresa se financiou ao longo do ano, pois **este valor deveu-se ao reembolso/amortização de uma grande quantia de empréstimos** no final do ano em análise.

$$\text{Rácio de Liquidez Geral} = \frac{\text{Activo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$$

Se este rácio for **< 1** demonstra um **grande desequilíbrio entre activos correntes e passivos correntes**.

Classe 3

- 31** *Compras*
- 32** *Mercadorias*
- 33** *Matérias-Primas*
- 34** *Produtos acabados e intermédios*
- 35** *Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos*
- 36** *Produtos e trabalhos em curso*
- 37** *Activos biológicos*
- 38** *Reclassificação e regularização de inventários*
- 39** *Adiantamento por conta de compras*

NOÇÃO DE INVENTÁRIO

Inventários são activos:

- ✓ Detidos para venda no decurso da actividade empresarial;
- ✓ No processo de produção para essa venda;
- ✓ Na forma de materiais consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.

INVENTÁRIO PERMANENTE E INTERMITENTE

Inventário Permanente (em qualquer momento do ano):

- ✓ A conta **31 – compras** está saldada;
- ✓ O saldo da conta de inventário reflecte as existências em armazém;
- ✓ O **CMVMC** reflecte o custo das mercadorias vendidas até à data.

Inventário Intermitente (durante o ano):

- ✓ A conta **31 – compras** represente as compras feitas até à data;
- ✓ O saldo da conta de inventário reflecte as existências do início do ano;
- ✓ O **CMVMC** não está apurado.

COMPRAS vs PRODUÇÃO

COMPRAS

- ✓ Mercadorias (32 e 382)
- ✓ Matérias-primas, subsidiárias e de consumo (33 e 383)

PRODUÇÃO

- ✓ Produtos acabados (34 e 384)
- ✓ Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos (35 e 385)
- ✓ Produtos e trabalhos em curso (36 e 386)

EMPRESAS COMERCIAIS E EMPRESAS INDUSTRIAIS

Empresas Comerciais

CMV

Vendas

Empresas Industriais

CMC

Vendas

+

Variação da Produção

CUSTO DAS VENDAS = CMVMC + Δ PRODUÇÃO

As empresas industriais compram matérias-primas para produzir. Os produtos produzidos, mas não vendidos são registrados como variação da produção (rendimentos do período). A empresa tem gastos de produção (FSE, Salários) e gera valor.

CMVMC : respeita unicamente as existências adquiridas (compras) e não as existências produzidas internamente.

$$CMVMC = \text{Compras (31)} + \text{Inv. Inicial (32, 33)} - \text{Inv. Final (32, 33)} \mp \text{Reg. Recla. (382, 383)}$$

+ quebra; -sobra

Variação de produção: respeita unicamente as existências produzidas internamente (produção) e não as existências adquiridas.

$$\Delta \text{produção} = \text{Inv. Final (34, 35, 36)} - \text{Inv. Inicial (34, 35, 36)} \mp \text{Reg. Recla. (384, 385, 386)}$$

Saldo Credor → ΔProdução positiva = produzi mais do que vendi

Saldo Devedor → ΔProdução negativa = vendi mais do que produzi

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS RECLASSIFICADA

Para uma **melhor análise da demonstração de resultados**, devemos **reclassificá-la** e desta forma **expurgar da DR** os factos que apenas a afectam num determinado período, ou seja, deixar apenas os **rendimentos e gastos relativos ao negócio principal da empresa**.

EBITDA – mede os **fluxos de caixa libertados pela empresa**; dá-nos uma informação aproximada do saldo da tesouraria da empresa, se todas as receitas e despesas da exploração fossem pagas nesse ano.

EBIT – resultado operacional da empresa.

RAEFI – possui **rubricas que não são cíclicas** e **permite aferir o funcionamento da empresa**, antes dos juros suportados, ou seja, **antes de aferir os encargos da empresa**.

RÁCIOS DE RENTABILIDADE DAS VENDAS – Margem de Lucro

$$ROP \text{ antes de dep., amort., imp. e provi} = \frac{EBITDA}{Rendimentos\ operacionais}$$

$$ROP = \frac{EBIT}{Rendimentos\ operacionais}$$

$$ROP \text{ antes de encargos financeiros e impostos} = \frac{RAEFI}{Rendimentos\ operacionais}$$

$$ROP \text{ antes de impostos} = \frac{RAI}{Rendimentos\ operacionais}$$

$$R. líquida das vendas = \frac{Resultado\ líquido}{Rendimentos\ operacionais}$$

RÁCIOS DE RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO

$$Rentabilidade\ do\ activo = \frac{RAEFI}{Activo} \rightarrow \text{Retorno dos investimentos}$$

$$Rentabilidade\ do\ capital\ próprio = \frac{RL}{Capital\ próprio} \rightarrow \text{Retorno para os accionistas}$$

DECOMPOSIÇÃO DA RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO

O **rácio de rentabilidade do capital próprio** é um indicador do **retorno contabilístico para os accionistas**.

$$RCP = \frac{RL}{CP} = \frac{RAI}{CP} \times (1 - t)$$

$$RCP = \left[\frac{RAEFI}{A} + \left(\frac{RAEFI}{A} - \frac{JS}{P} \right) \times \frac{P}{CP} \right] \times (1 - t)$$



IMPACTO INVESTIMENTO

O **impacto investimento** fornece informações sobre o **retorno do activo** e por isso **quanto maior** for este retorno **mais favorável é a situação para os accionistas** da empresa.

Para uma análise mais profunda o rácio pode ser decomposto da seguinte forma:

$$\frac{RAEFI}{A} = \frac{ROP}{Vendas} \times \frac{Vendas}{Activo} \times \frac{RAEFI}{ROP}$$

$\frac{ROP}{Vendas} \rightarrow$ **Rentabilidade das operações** correspondente à **margem operacional**;

$\frac{Vendas}{Activo} \rightarrow$ **Rotação das vendas** correspondendo ao volume de vendas face ao activo;

$\frac{RAEFI}{ROP} \rightarrow$ **Impacto extra-operacional**;

A **rentabilidade do activo** será **tanto melhor** **quanto maior for a parte operacional**, uma vez que os **resultados conseguidos à custa da margem e/ou volume** são **muito positivos para a empresa**.

O **impacto extra-operacional** pode apresentar o valor de **1** o que significa que a **parte extra operacional não tem qualquer impacto**; **> 1** o que significa que **está a acrescentar valor à parte operacional**; **< 1** o que significa que **está a destruir valor**.

IMPACTO FINANCIAMENTO

O **impacto do financiamento** fornece informações sobre a **relação existente entre a rentabilidade do activo e o custo do passivo** podendo dividir-se em duas parcelas de análise:

- Diferencial entre o retorno do activo e o custo do passivo $\left(\frac{RAEFI}{A} - \frac{JS}{P}\right)$.
- Nível de endividamento da empresa $\left(\frac{P}{CP}\right)$.

O **diferencial entre o retorno do activo e o custo do passivo** deve ser **positivo e bastante elevado** pois **isso significa que a empresa** está a **conseguir gerar retornos mais elevados e/ou a pagar uma taxa de juro mais baixa**.

O **nível endividamento da empresa** deve ser analisado com maior cuidado porque um maior endividamento implica maior risco financeiro. Assim:

- Se o **diferencial for negativo**, o **facto da empresa ter endividamento vai reduzir a rentabilidade para os accionistas**.
- Se o **diferencial for positivo** irá verificar-se um **aumento do retorno para os accionistas**.

IMPACTO FISCAL

O **impacto fiscal** fornece informações sobre o efeito que o imposto tem sobre o rendimento, calculado através da seguinte expressão $(1 - t)$.

Quanto maior a parcela a entregar ao Estado, menor a parcela direccionada para os accionistas da empresa.

RÁCIOS DE FUNCIONAMENTO

Os **rátios de funcionamento** têm como **objectivo avaliar a eficiência da gestão de clientes, stocks e fornecedores**.

PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS

$$\text{Prazo médio de recebimentos} = \frac{\text{Clientes}}{\text{Vendas e prestação de serviços}} \times 360$$

O resultado deste indicador representa o **número de dias que a empresa demora a receber dos seus clientes**.

Assim, este indicador deve ser **o mais baixo possível**, desde que não invalide as vendas, devido a **problemas de tesouraria** ou ao **custo do dinheiro**.

PRAZO MÉDIO DE INVENTÁRIOS

$$\text{Prazo médio de inventários} = \frac{\text{Inventários}}{\text{Custo das vendas}} \times 360$$

O resultado deste indicador representa o **número de dias de vendas que a empresa pode efectuar com os inventários em stock**.

Assim, este indicador deve ser **o mais baixo possível**, desde que não provoque ruptura de **stocks**, devido a **problemas de armazenamento dos produtos** bem como a **perderem a validade**.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

$$\text{Prazo médio de pagamentos} = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras de inventários} + \text{FSE}} \times 360$$

O resultado deste indicador representa o **número de dias que a empresa demora a pagar aos seus fornecedores**.

Assim, este indicador deve ser **o mais alto possível**, desde que **não acarrete juros de mora relativos ao pagamento** das facturas.

ACTIVOS FINANCEIROS

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (correntes – curto prazo)

- Caixa;
- Depósitos;
- Aplicações Financeiras:
 - Bilhetes do Tesouros;
 - Obrigações
 - Acções: Custo e Justo Valor

INVESTIMENTOS FINANCEIROS (não correntes – longo prazo)

- Acções (participações noutras empresas);
 - Custo
 - Justo Valor
 - Equivalência Patrimonial – 411, 412, 413
- Obrigações;
- Empréstimos concedidos.

RELAÇÕES ENTRE EMPRESAS (OUTRAS 414)

SUBSIDIÁRIA 411	Participação financeira > 50%
ASSOCIADA 412	Participação financeira $20\% \leq x \leq 50\%$
EMPREENHIMENTOS CONJUNTOS 413	Duas ou mais entidades detêm pelo menos 50% das participações de uma outra empresa
OUTRAS 414	Restantes situações

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – SIMPLES

- Equivalência Patrimonial – 411, 412, 413
- Custo ou justo valor – 414

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDADAS

- Consolidação integral – 411
- Consolidação proporcional - 413
- Equivalência patrimonial – 412
- Custo ou justo valor – 414

MÉTODO DO JUSTO VALOR

O **justo valor** corresponde ao **valor pelo qual um activo pode ser transaccionado entre partes conhecedoras e dispostas a realizar negócio numa transacção ao seu alcance.**

O **justo valor** corresponde ao **preço cotado num mercado activo** (valor de mercado).

OPERAÇÕES COM ACÇÕES

1. COMPRAS

No caso de os **investimentos se encontrarem valorizados ao método do custo**, o **valor do activo inclui os custos de transacção.**

Pelo contrário, se os **investimentos se encontrarem valorizados ao método do justo valor**, o **valor do activo não inclui os custos de transacção**, sendo este geralmente contabilizados em *FSE*.

2. RENDIMENTOS (DIVIDENDOS)

Quando se pretende **contabilizar o recebimento de dividendos**, quer seja **pelo método do custo**, quer **pelo método do justo valor**, este dá origem a um rendimento que deve ser contabilizado na **conta 792** por contrapartida da conta **264/265**.

3. ALIENAÇÃO

Quando se pretende **contabilizar uma alienação**, quer seja **pelo método do custo**, quer seja **pelo método do justo valor** deve-se ver previamente se se trata de um **ganho (7862)** ou **perda (6862)**.

4. VALORIZAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO

No caso de os investimentos se encontrarem valorizados ao método do custo, só é possível que se ajuste o valor do activo para baixo, através de uma imparidade— 652

Pelo contrário, se os investimentos se encontrarem valorizados ao método do justo valor, é possível que se ajuste o valor do activo quer para cima, quer para baixo— 662 ou 772

MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e ajustado posteriormente pelas alterações no capital próprio da participada, ou seja, equivaler nas nossas contas as alterações do capital próprio da empresa em que estamos a participar.

A conta **41 – Investimentos Financeiros** aumenta ou diminui em contrapartida de:

- **Resultados** (*Lucros ou Pejuízos*)
- **Depósitos à ordem/Contas a receber** (*Dividendos*)
- **Ajustamentos em activos financeiros** (*Doações – Ajustes em activos fixos*)

EXEMPLO – EMPRESA A TEM UMA PARTICIPAÇÃO DE 30% NA EMPRESA B

A empresa B teve lucros no montante de 1000€

D	41	Investimentos Financeiros – EP	$1000 \times 0,30 = 300\text{€}$
C	7851	RGESAEC – Aplicação do método da EP	$1000 \times 0,30 = 300\text{€}$

Pela contabilização de lucros relativos à participação financeira

A empresa B teve prejuízos no montante de 1000€

D	6852	GPSAEC – Aplicação do método da EP	$1000 \times 0,30 = 300\text{€}$
C	41	Investimentos Financeiros – EP	$1000 \times 0,30 = 300\text{€}$

Pela contabilização de prejuízos relativos à participação financeira

A empresa B distribui dividendos no montante de 200€

D	264	Accionistas/Sócios – Resultados Atribuídos	$200 \times 0,30 = 60\text{€}$
C	41	Investimentos Financeiros – EP	$200 \times 0,30 = 60\text{€}$

Pela contabilização de dividendos relativos à participação financeira

A empresa B reavaliou um activo fixo em 3000€

D	41	Investimentos Financeiros – EP	$3000 \times 0,30 = 900\text{€}$
C	5713	Ajustamentos de IF - EP	$3000 \times 0,30 = 900\text{€}$

Pela contabilização de uma revalorização relativa à participação financeira

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Itens tangíveis que sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços, para arrendamento a outros ou para fins administrativos e que se esperam que sejam usados durante mais do que um período.

MENSURAÇÃO INICIAL: Custo suportado com a compra

Custo de aquisição = Preço de compra + Gastos suportados (capitalizados)

Inclui taxas aduaneiras, impostos não recuperáveis e descontos de quantidade deduzidos

DESPESAS POSTERIORES

As despesas posteriores devem ser capitalizadas, ou seja, colocadas no activo, quando houver uma probabilidade de a empresa obter benefícios económicos futuros superiores ao nível de desempenho originalmente previsto para o activo.

Caso essas alterações não alterarem o desempenho inicial do activo devem ser levadas a gastos, contabilizando-as na conta de *FSE*.

MENSURAÇÃO APÓS RECONHECIMENTO

O modelo escolhido deve ser o mesmo para uma classe inteira de activos fixos tangíveis:

➤ **Modelo do Custo:**

Custo Histórico – Depreciações acumuladas – Perdas por imparidade acumuladas

➤ **Modelo de Revalorização:**

Justo Valor – Depreciações Acumuladas – Perdas por imparidade⁵

⁵ Subsequentes à data de revalorização

REVALORIZAÇÃO

A **revalorização dá origem** a **passivos por impostos diferidos** pois o acréscimo de depreciação futuro não é aceite em termos fiscais. No futuro temos de pagar mais imposto pois tratam-se de gastos que nunca serão aceites.

- **Revalorização Positiva:** *Excedente de revalorização* → **Capital Próprio (58)**
- **Revalorização Negativa:** *Gasto*

EXEMPLO DA CONTABILIZAÇÃO DE UMA REVALORIZAÇÃO

Activo Inicial = 1000€

Depreciações acumuladas iniciais = 600€

Revalorização de 10%

43 – Activo Fixo Tangível	438 – Depreciações Acumuladas	58 – Excedente de revalorização
100	60	60
		10,60
		100

2742 – Passivo por imposto diferido	$10,60 = (100 - 60) \times 0,265$
10,60	

58 – Excedente de revalorização	56 – Resultados transitados
5,88	5,88

$$5,88 = (40 - 10,60) \times Tx \text{ de depreciação } (0,20)$$

MÉTODOS DE DEPRECIAÇÃO

As depreciações não são aplicáveis a terrenos nem a investimentos em curso.

A depreciação reflecte o uso, o desgaste do bem, devendo o valor depreciado deduzir o valor residual do bem.

A depreciação começa quando o activo estiver disponível para uso.

- **Método da linha recta** (quotas constantes): todos os anos ocorre um gasto de depreciação igual, com base na vida útil do bem;
- **Método do saldo decrescente** (quotas degressivas): a depreciação é calculada sobre o valor do activo líquido do ano anterior e a percentagem deriva da vida útil do bem, para além da taxa de depreciação do mesmo (*tabela seguinte*), ocorrendo maiores cotas no início e mais reduzidas no fim:

<i>Vida útil</i>	<i>< 5 anos</i>	<i>5 a 6 anos</i>	<i>> 6 anos</i>
<i>Coeficiente</i>	1,5	2	2,5

- **Método das unidades de produção** (desgaste funcional): a depreciação é calculada através do desgaste do bem, ou seja, na perda que ocorreu na capacidade produtiva.

REGIME DAS ANUIDADES

Independentemente do método utilizado para contabilizar as depreciações existe um regime das anuidades e um regime dos duodécimos:

- **Regime das Anuidades**: o bem é depreciado no ano da compra independentemente do mês de aquisição, não sendo depreciado no ano da venda;
- **Regime dos Duodécimos**: o bem é depreciado no ano da compra a partir do mês de entrada em funcionamento, ao ritmo de 1/12 por mês, sendo depreciado no ano da venda, durante os meses de funcionamento.

OPERAÇÕES ESPECÍFICAS COM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

COMPRA DE UM ACTIVO FIXO TANGÍVEL

- D 43 Activo fixo tangível
- D 2432 IVA dedutível
- C 12/2711 Depósitos à ordem / Fornecedores de Investimentos

DEPRECIAÇÕES DE UM ACTIVO FIXO TANGÍVEL

- C 43 Activo Fixo Tangível
- C 438 Activo Fixo Tangível – Depreciações acumuladas

VENDA DE UM ACTIVO FIXO TANGÍVEL

1º PASSO – Verificar se existe um gasto ou um rendimento com a venda

Valor de aquisição > Valor da venda → Perda (conta 6871)

Valor de aquisição < Valor da venda → Ganho (conta 7871)

2º PASSO – Anulação do valor de aquisição (saída do Activo Fixo Tangível pelo valor de aquisição)

- D 6871/7871 Gastos/rendimentos em investimentos não financeiros
- C 43x Activo Fixo Tangível

3º PASSO – Anulação das depreciações acumuladas

- D 438 Activo Fixo Tangível – Depreciações acumuladas
- C 7871/6871 Gastos/rendimentos em investimentos não financeiros

4º PASSO – Registo da venda

- D 278/12 Outros devedores e credores/Depósitos à ordem
- C 24331 IVA liquidado
- C 7871/6871 Gastos/rendimentos em investimentos não financeiros (*Valor da Venda*)

SUBSÍDIOS

Existem dois tipos de subsídios que devem ser contabilizados numa empresa: **subsídios à exploração** e os **subsídios ao investimento a fundo perdido**.

Subsídio à exploração

Os subsídios à exploração são lançados imediatamente em rendimentos (75) no momento em que ocorrem.

Contudo, existem casos que devemos ter cuidado com o período de tempo para o qual se destina o subsídio, tendo por isso de se contabilizar certa parte em rendimentos a reconhecer – diferimentos na conta 282.

D	12	Depósitos à ordem
C	75	Subsídios à exploração
		Pelo recebimento de um subsídio à exploração

Subsídio ao investimento

Os subsídios ao investimento são contabilizados de forma diferente consoante a empresa utilizar o SNC ou as Normas Internacionais.

Em todos os casos, o valor do subsídio vai sendo corrigido todos os anos na proporção da depreciação do bem que deu origem à obtenção do subsídio, em contrapartida de uma conta de rendimentos 7883

Sistema de Normalização Contabilística (SNC) – Capital Próprio

D	12	Depósitos à ordem
C	593	Outras variações no Capital Próprio - Subsídios
		Pelo recebimento de um subsídio ao investimento

D	593	Outras variações no Capital Próprio - Subsídios
C	7883	Imputação de Subsídio para Investimento
		Pela regularização de um subsídio ao investimento

Normas Internacionais – Lançado em diferimentos

D	12	Depósitos à ordem	<i>Valor do Subsídio</i>
C	282	Rendimentos a reconhecer	<i>Valor do Subsídio</i>

Pela contabilização do recebimento de um subsídio

D	64	Gastos de depreciações	<i>Valor da depreciação anual</i>
C	438	AFT – Depreciações acumuladas	<i>Valor da depreciação anual</i>

Pela contabilização de depreciações

D	282	Rendimentos a reconhecer	<i>a</i>
C	7883	Imputação de Subsídio para Investimento	<i>a</i>

Pela contabilização da regularização do subsídio

$$a = \text{Parcela anual de subsídio}$$

Normas Internacionais – Abater ao valor do activo fixo tangível bruto

D	12	Depósitos à ordem	<i>Valor do Subsídio</i>
C	433	Rendimentos a reconhecer	<i>Valor do Subsídio</i>

Pela contabilização do recebimento de um subsídio

D	64	Gastos de depreciações	<i>b</i>
C	438	AFT – Depreciações acumuladas	<i>b</i>

Pela contabilização de depreciações

$$b = \text{Parcela anual de subsídio} - \text{Taxa de depreciação anual}$$

ACTIVOS INTANGÍVEIS

Itens intangíveis como uma **patente**, uma **marca comercial**, uma **licença**, um **trespasse**.

MENSURAÇÃO INICIAL

Utiliza-se o **modelo do custo**.

MENSURAÇÃO APÓS RECONHECIMENTO

O modelo escolhido deve ser o mesmo para uma classe inteira de activos intangíveis:

➤ **Modelo do Custo:**

Custo Histórico – Amortizações acumuladas – Perdas por imparidade acumuladas

➤ **Modelo de Revalorização:**

Justo Valor – Amortizações acumuladas – Perdas por imparidade⁶

ACTIVOS INTANGÍVEIS

O **Goodwill** gerado internamente, bem como **as marcas, os cabeçalhos, listas de clientes não podem ser reconhecidos como activo**.

Outros activos intangíveis gerados internamente:

- 1) **Fase de pesquisa**: não podem ser reconhecidos como activo, contabilizando-se **imediatamente em gastos**;
- 2) **Fase de desenvolvimento**: havendo capacidade técnica de produção, venda, mercado e recursos, as despesas de desenvolvimento desses activos **podem ser capitalizadas**.

VIDA ÚTIL

Vida útil finita → activo é amortizado

Vida útil infinita → activo não é amortizado

⁶ Subsequentes à data de revalorização

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são propriedades detidas para obter rendas ou para valorização do capital.

MENSURAÇÃO INICIAL

Utiliza-se o **modelo do custo**.

MENSURAÇÃO APÓS RECONHECIMENTO

O modelo escolhido deve ser o mesmo para uma classe inteira de propriedades de investimento:

➤ **Modelo do Custo:**

Custo Histórico – Amortizações acumuladas – Perdas por imparidade acumuladas

➤ **Modelo do Justo Valor:**

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício a que dizem respeito através do movimento das contas 663 ou 773

As **propriedades de investimento em construção** são registadas pelo custo de aquisição ou produção até ao início da sua utilização e são tratadas como um activo fixo tangível. No momento do início de utilização regista-se a diferença para o justo valor em resultados.

LOCAÇÕES

NOÇÕES FUNDAMENTAIS

- ❖ **LOCADOR** – proprietário inicial do bem, na prática é a empresa de leasing.
- ❖ **LOCATÁRIO** – quem utiliza o bem, pagando uma renda, podendo no final do contrato optar por adquiri-lo.
- ❖ **RENTA** – montante que o locatário paga ao locador.
- ❖ **VALOR RESIDUAL** – valor a pagar pelo bem no final do contrato, caso o locatário deseje tornar-se proprietário do bem.

LOCAÇÃO OPERACIONAL vs LOCAÇÃO FINANCEIRA

- **LOCAÇÃO OPERACIONAL** – contrato de locação, de curta duração, em que o locador cede a sua utilização temporária a um terceiro, mediante o pagamento de uma renda ou aluguer, não prevendo no final do contrato a transferência do bem para o locatário;
 - Os bens são contabilizados na demonstração de resultados via FSE.
- **LOCAÇÃO FINANCEIRA** – contrato pelo qual uma das partes se obriga a ceder a utilização temporária de um bem a outra parte mediante retribuição, prevendo a hipótese de no final o locatário adquirir o bem.
 - Os bens são contabilizados no balanço, procedendo-se à sua capitalização e ainda depreciados e contabilizando-se juros levados à demonstração de resultados.

OPERAÇÕES ESPECÍFICAS COM LOCAÇÕES OPERACIONAIS

A) ALUGUER DE UM BEM

D	6261	FSE - Rendas	Valor da Renda
D	2432	IVA dedutível	IVA
C	12	Depósitos à ordem	Valor da Renda+IVA

Pelo pagamento de um aluguer de um bem

OPERAÇÕES ESPECÍFICAS COM LOCAÇÕES FINANCEIRAS

A) MONTANTE DO CONTRATO – não há registo de IVA (Princípio da substância sobre a forma)

D	43	Activo Fixo Tangível	<i>Valor de aquisição</i>
C	2513	Financiamentos obtidos – Locações Financeiras	<i>Valor de aquisição</i>
Pela celebração de um contrato de locação financeira			

B) PAGAMENTO DA RENDA – há registo de IVA

D	2513	Financiamentos obtidos – Locações Financeiras	<i>Amortização financeira</i>
D	2432	IVA dedutível	<i>IVA</i>
D	691	Juros	<i>Juros</i>
C	12	Depósitos à ordem	<i>Prestação + IVA</i>
Pelo pagamento de uma renda			

C) DEPRECIAÇÃO DO EXERCÍCIO

D	642	Gastos de depreciação	<i>Depreciação do exercício</i>
C	438	Depreciações acumuladas	<i>Depreciação do exercício</i>
Pela depreciação do exercício			

D) AQUISIÇÃO DO BEM PELO VALOR RESIDUAL

D	2513	Financiamentos obtidos – Locações Financeiras	<i>Valor residual</i>
D	2432	IVA dedutível - Imobilizado	<i>IVA</i>
C	12	Depósitos à ordem	<i>Valor residual +IVA</i>
Pela aquisição do bem			

Outra opção, para além da aquisição do bem é a devolução do bem

E) DEVOLUÇÃO DO BEM

$+/- Valia \rightarrow VCL = Valor\ de\ aquisição - Depreciações\ acumuladas$

$VCL > VR \rightarrow Perda\ (6871)$

$VCL < VR \rightarrow Ganho\ (7871)$

D 6871/7871 Gastos/rendimentos em investimentos não financeiros Valor de aquisição

C 43 Activo Fixo Tangível Valor de aquisição

Pela anulação do valor de aquisição

D 438 Activo Fixo Tangível – Depreciações acumuladas Depreciações

C 7871/6871 Gastos/rendimentos em investimentos não financeiros Depreciações

Pela anulação das depreciações acumuladas

D 2513 Financiamentos obtidos – Locações Financeiras Valor residual

C 7871/6871 Gastos/rendimentos em investimentos não financeiros Valor residual

Pela devolução do bem ao valor residual

CONCEITOS GERAIS

51 – CAPITAL

A conta **51** corresponde ao **capital social da empresa**, ou seja, ao **número de acções** que a empresa tem **pelo valor nominal**.

52 – ACÇÕES PRÓPRIAS

A conta **52** inclui as **acções que a empresa compra dela própria**, as chamadas **acções próprias** e possuem as **seguintes características**:

- Aparecem a deduzir ao capital próprio;
 - Não recebem dividendos;
 - Limite máximo = 10% do capital da empresa;
 - Obrigam à constituição de uma reserva especial do mesmo montante.
- sinal negativo → compra*
sinal positivo → venda

53 – PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

A conta **53** corresponde às **prestações suplementares** e às **prestações acessórias** que possuem as **seguintes características**:

- Correspondem a **entradas de dinheiro exigidas aos sócios para reforço do capital** da sociedade (**D 12 : C 53**);
- Estas **entradas podem ser restituídas aos sócios** desde que o **capital próprio não fique inferior ao capital social + reservas legais**;
- **Surgem no capital próprio e não podem ser remuneradas**.

Contrariamente, os **suprimentos aos sócios** tratam-se de **empréstimos de sócios** (*Passivo*) com a **possibilidade de vencerem juros**.

54 – PRÉMIOS DE EMISSÃO

A conta **54** corresponde aos **prémios de emissão** que dizem respeito à **diferença entre o preço de emissão das acções e o seu valor nominal**:

$$\text{Prémio de Emissão} = \text{Preço de emissão} - \text{Valor Nominal}$$

55 – RESERVAS

A conta 55 corresponde às **reservas constituídas por retenção de lucros** visando o **aumento dos meios de acção das empresas**.

➤ 551 – Reservas Legais

As **reservas legais** correspondem às **reservas que a empresa tem de efectuar quando o resultado líquido é superior a zero**. As **reservas legais** são **obrigatórias por lei** e por isso as **sociedades por cotas e anónimas** deverão **reservar 5% dos lucros obtidos** em cada exercício à **constituição de reserva legal** até que esta **atinga 20% do capital**.

➤ 552 – Reservas Livres

As **reservas livres** não são **obrigatórias** sendo **constituídas por decisão da assembleia-geral** tendo como **objectivo reter fundos na empresa** para **reforçar a situação financeira**.

56 – RESULTADOS TRANSITADOS

A conta 56 é constituída pelos **resultados do ano anterior**, após terem sido transferidos da conta 818.

Os lançamentos correspondentes a esta situação são os seguintes:

(D 818 : C 56) → Lucro

(D 56 : C 818) → Prejuízo

Muitas vezes, as **empresas optam por deixar os lucros em resultados transitados**, não transferindo de imediato para **reservas livres**, uma vez que os **lucros dos anos anteriores** podem vir a ser **distribuídos como dividendos**.

57 – AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS

A conta 57 é constituída pelos **lançamentos que resultam da utilização do método de equivalência patrimonial**.

58 – EXEDENTES DE REVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A conta 58 é constituída pelos **lançamentos que resultam da utilização do modelo de revalorização aos activos fixos**.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

- No início do ano: transferência para resultados transitados;
- Na assembleia-geral é determinada a aplicação de resultados:
 - Se $RL < 0$: continuam em resultados transitados;
 - Se $RL > 0$: os accionistas decidem:
 - ✓ Transferir para reservas
 - ✓ Distribuir como dividendos ou gratificações
 - ✓ Manter em resultados transitados

No início do ano: Transferência para resultados transitados (*lucro ou prejuízo*)

D	818	Resultado Líquido	Valor do resultado
C	56	Resultados transitados	Valor do resultado
Pela transferência para resultados transitados			

Na assembleia-geral:

D	56	Resultado Líquido	Valor do resultado
C	551	Reservas	<i>a</i>
C	552	Outras reservas	<i>b</i>
C	264	Accionistas/sócios – Lucros atribuídos	<i>c</i>
Pela aplicação do resultado transitado			

VALOR DO CAPITAL

- **Valor Nominal:** valor inscrito no título “Capital Social”

$$V_{nominal} = \frac{\text{Capital Social}}{N^{\circ} \text{ total de acções}}$$

- **Valor Contabilístico:** valor atribuível a cada acção com base no “Capital Próprio” do balanço

$$V_{contabilístico} = \frac{\text{Capital Próprio}}{N^{\circ} \text{ de acções emitidas (excepto as acções próprias)}}$$

- **Valor de Mercado**

AUMENTOS DE CAPITAL

- ❖ POR INCORPORAÇÃO DE RESERVAS
- ❖ POR ENTRADA DE DINHEIRO:
 - ✓ RESERVADO A ANTIGOS SÓCIOS
 - ✓ ABERTO A NOVOS SÓCIOS
- ❖ POR TRANSFORMAÇÃO DE DÍVIDA EM CAPITAL

POR INCORPORAÇÃO DE RESERVAS

O aumento de capital por incorporação de reservas consiste na **transferência de reservas para a rubrica de capital social** tratando-se por isso de um **facto patrimonial permutativo**.

O **valor do capital próprio mantém-se, alterando** somente a sua **composição** (*o bolo e as fatias*).

D	552	Reservas livres
C	51	Capital Social

Pela incorporação de reservas

Principais impactos:

- **Valor nominal mantém-se** e o **número de acções aumenta**;
- **Valor contabilístico e valor de mercado por acção diminuem** na proporção do número de acções novas emitidas;
- **Não há entrada de dinheiro**.

Consequência:

- Dá uma **maior credibilidade à empresa** porque as **reservas livres podem ser facilmente distribuídas**;
- Nos **documentos oficiais surge o valor do capital social** melhorando a **imagem da empresa**;
- **Aumenta a liquidez dos títulos** uma vez que **é fácil de transaccionar títulos de baixo valor**.

POR ENTRADA DE DINHEIRO

O aumento de capital por entrada de dinheiro consiste no aumento dos depósitos à ordem no montante de aumento do capital social.

Principais impactos:

- Valor contabilístico por acção poderá aumentar, manter-se ou diminuir;
- **Aumento do capital destinado a novos accionistas**: o preço de emissão é normalmente estabelecido pelo valor de cotação. Se o preço fosse muito inferior ao valor de mercado haveria uma transferência de riqueza dos antigos para os novos accionistas.

D	12	Depósitos à ordem	$V_{nominal} + V_{premios}$
C	51	Capital Social	Valor nominal
C	54	Prémios de emissão	Valor dos prémios

Pelo aumento de capital destinado a novos accionistas

- **Aumento do capital reservado a antigos accionistas**: é frequente o valor de emissão ser inferior ao de mercado. Neste caso o preço de emissão será indiferente uma vez que a transferência de riqueza reverte para os próprios accionistas

Não há prémios de emissão porque $\text{Preço de emissão} < \text{Valor de mercado}$

D	12	Depósitos à ordem	$V_{nominal}$
C	51	Capital Social	Valor nominal

Pelo aumento de capital reservados aos antigos accionistas

Concluindo, o preço de emissão deve ser sempre igual ao valor de mercado (cotação) das acções, pois as variações no valor contabilístico são acompanhadas das variações do valor de mercado, o que, em caso contrario, ou seja, $\text{preço de emissão} < \text{valor de mercado}$, leva à transferência de riqueza dos antigos para os novos accionistas

TRANSFORMAÇÃO DE DÍVIDA EM CAPITAL

- Credores da empresa transformam-se em accionistas da mesma;
- Aumento do capital muito menos frequente do que os anteriores;
- Na maioria dos casos está relacionado com dificuldades financeiras.

NOÇÃO INTRODUTÓRIA

A **demonstração dos fluxos de caixa** fornece **informações sobre** onde a **empresa vai buscar e gastar o seu dinheiro durante um determinado período**. Esta **demonstração só contempla** os **factos que impliquem uma movimentação de dinheiro** explicando a **variação da caixa e equivalentes**.

Para a sua construção é necessário possuir **dois balanços seguidos** e **uma demonstração de resultados**.

FLUXOS QUE INTEGRAM A DFC

(1) ACTIVIDADES OPERACIONAIS

Recebimentos

Pagamentos

(2) ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO

Recebimentos

Pagamentos

(3) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Recebimentos

Pagamentos

(4) VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

(1) ACTIVIDADES OPERACIONAIS

O **fluxo das actividades operacionais** representa a **capacidade da empresa gerar dinheiro com o seu funcionamento corrente**, estando este **fluxo relacionado** com o **recebimento de clientes** e **pagamentos a fornecedores**, ao **pessoal** e ao **Estado**.

(2) ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO

O **fluxo das actividades de investimento** está relacionado com os **pagamentos ou recebimentos dos investimentos ou desinvestimentos** que a empresa executa. De modo simples, está ligado aos **bens duradouros**, **activos tangíveis**, **activos intangíveis**, **propriedades de investimento** e aos **investimentos financeiros**.

Os **recebimentos** (**fluxos positivos**) resultam de **vendas ou rendimentos destes activos** e os **pagamentos** (**fluxos negativos**) resultam de **aquisições**.

(3) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO

O **fluxo das actividades de financiamento** permite **avaliar a evolução das fontes de financiamento durante o ano**. Está **relacionado** com o **capital próprio** e o **passivo remunerado** que é aquele que vence juros.

Os **fluxos positivos** representam **entradas de dinheiro derivadas de aumentos de empréstimos bancários ou de capital**. Os **fluxos negativos** derivam de **juros e dividendos pagos**, assim como de **reembolsos de empréstimos** entre outros.

(4) VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A **variação de caixa e equivalentes de caixa** resulta da **soma dos fluxos** mencionados anteriormente, **apresentando um valor geralmente igual** à variação de caixa e equivalentes de caixa que **surge no Balanço**.

Contudo, **pode acontecer que o valor seja diferente** resultando da **existência de descobertos bancários**.

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

- Actividades operacionais;
- Actividades de investimento;
- Actividades de financiamento;
- Variação da caixa.

Actividades operacionais

- Fluxo mais importante de uma empresa uma vez que corresponde ao seu “ganha-pão”;
- Deve ser positivo;
- Deve ser crescente;
- Devem cobrir os juros pagos, os dividendos pagos e o investimento de substituição.

Actividades de investimento

- Fluxo que representa o assegurar que a empresa pode manter-se em laboração competitiva no futuro;
- Deve ser negativo pois significa que a empresa está a investir e como tal encontra-se a desenvolver a sua actividade;
- Caso seja positivo é importante analisar se o desinvestimento é em activos tangíveis (e consequentemente relacionado com a sua actividade) ou se é em investimentos financeiros.

Actividades de financiamento

- Permite avaliar as fontes de financiamento;
- Permite apurar quanto a empresa gasta em juros e em dividendos, se está a reembolsar ou a pedir empréstimos e ainda se ocorreu algum aumento de capital.

Variação da caixa

- Pretendemos saber se é favorável a caixa e equivalentes de caixa apresentaram saldo positivo ou negativo, contudo essa conclusão depende da sua situação inicial e da origem dos fundos:
 - Se já for positiva não é necessariamente bom que a empresa fique com muita caixa e equivalentes no final do ano;
 - É diferente se o aumento da caixa foi devido aos fluxos operacionais ou à contracção de empréstimos.

Investimento de substituição → *valor das depreciações e amortizações*

Investimento de expansão → *valor de aquisição de activos fixos (Pagamento dos FAI)*

CONSOLIDAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDADAS

- **Consolidação integral** – *Subsidiárias*
- **Consolidação proporcional** – *Empreendimentos conjuntos*
- **Equivalência patrimonial** – *Associadas*
- **Custo ou justo valor** – *Outros investimentos*

CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL

- ✓ Consiste em **somar as rubricas como se tratasse de uma única entidade**, eliminando as relações intra-grupo;
- ✓ As **demonstrações financeiras consolidadas** combinam as **demonstrações financeiras** da empresa-mãe e das suas subsidiárias, linha a linha adicionando itens idênticos de **activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos**;
- ✓ Quando a **participação é inferior a 100%** é **necessário identificar os interesses minoritários nos resultados e no capital próprio**.
- ✓ Deve-se **eliminar o valor do investimento da empresa-mãe e a parte da empresa-mãe no capital próprio** de cada subsidiária à data de aquisição da participação e **calcular o goodwill**.

CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

- ✓ Consiste em **somar certas rubricas da empresa participada**;
- ✓ As **demonstrações financeiras consolidadas** combinam as **demonstrações financeiras** da empresa-mãe e a percentagem detida das suas subsidiárias, linha a linha adicionando itens idênticos de **activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos**;
- ✓ **Nunca há interesses minoritários**;
- ✓ Deve-se **eliminar o valor do investimento da empresa-mãe e a parte da empresa-mãe no capital próprio** de cada subsidiária à data de aquisição da participação e **calcular o goodwill**.

GOODWILL

Ao aplicar estes métodos de consolidação normalmente é **gerado o goodwill** que representa um **pagamento feito pelo adquirente**, em **antecipação de benefícios económicos futuros de activos** que **não sejam capazes de ser individualmente identificados** e **separadamente reconhecidos**.

$$\text{Goodwill} = \text{custo de aquisição} - \% \text{ de participação} \times \text{justo valor dos valor contabilísticos}$$

GOODWILL POSITIVO *Valor de aquisição > Valor contabilístico*

- Reconhecido como activo;
- Não é amortizado;
- Sujeito a teste de imparidade.

GOODWILL NEGATIVO *Valor de aquisição < Valor contabilístico*

- Reavaliar a identificação e a mensuração dos activos e passivos identificais;
- Reconhecer imediatamente nos resultados qualquer excesso remanescente após reavaliação.